

Prefácio

O exemplar que o leitor tem à mão é fruto de muito estudo e trabalho. Surge da dedicação voluntária de procuradores, promotores de Justiça e colaboradores em busca de informações que promovam o desenvolvimento institucional e resultem no aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

São comuns, principalmente em momentos de crise, indagações sobre a pertinência de publicações acadêmicas patrocinadas por órgãos públicos. A resposta é simples. Uma instituição que não investe em pesquisa ou que se recusa a abrir espaço para o conhecimento não consegue se renovar. Vou além e afirmo que bem-aventurada é a organização que pode contar com integrantes titularizados e dispostos a pesquisar temas diretamente relacionados à sua área de atuação.

É preciso incentivar a produção acadêmica, principalmente se ela estiver voltada ao estudo da realidade social e à busca de soluções para os problemas que afligem o cidadão. Trata-se de uma maneira eficiente de zelar pela aproximação com a sociedade e de aprimorar as relações com o poder público, propiciando agilidade na ação do Estado.

O Brasil está em 23º lugar no ranking global de qualidade científica, segundo a edição de 2015 do Nature Index, um indicador global de alta qualidade em pesquisa de artigos científicos publicados. Esse periódico assegura que somos bons na produção de artigos acadêmicos, não apenas em quantidade,

mas em qualidade, o que é mais importante. A informação pode até causar surpresa, pois tornou-se “lugar-comum” afirmar que o país não investe em pesquisa científica.

Os dados não abarcam publicações do Direito, porém, atrevo-me a dizer que traduzem a realidade da produção científica também nessa área. Além disso, sempre é gratificante perceber que a produção acadêmico-científica ganha terreno em um país marcado por sérios problemas educacionais. Mas permanece o desafio da contínua busca da qualidade e, nesse aspecto, as instituições públicas têm o dever de contribuir. Teses, dissertações e artigos são publicados diariamente e em grandes quantidades, tornando ainda mais difícil a identificação de trabalhos criteriosos e de respeitável procedência.

Colaborar qualitativamente sempre foi o ponto forte da Revista do MPDFT, que já está em sua nona edição. A preocupação em pautar temas atuais e pertinentes, sem dar lugar a abordagens rasas ou pouco fundamentadas, consolidou-a como uma publicação respeitada, digna de credibilidade e reconhecimento. A qualidade advém do rigor na seleção dos textos, no apuro das informações, na aplicação da metodologia adequada, no atendimento às normas da ABNT e na busca contínua pelo aperfeiçoamento.

Tal reputação, adquirida ao longo do tempo, deve ser creditada àqueles que desde o início apostaram na Revista do MPDFT e nela seguem acreditando até hoje. A sociedade deve ser sempre a principal destinatária dos resultados das pesquisas aqui apresentadas e sua grande beneficiária. Ao seguir nessa linha, o

MPDFT cumpre o seu papel, fortalecendo, também por meio de estudos científicos, a defesa dos direitos do cidadão comum.

Basta ler o editorial, na próxima página, para que se constate a quantidade de artigos voltados diretamente à atuação do MPDFT, seja no atendimento ao cidadão por meio da Ouvidoria; na defesa da mulher, da criança e do adolescente; na área criminal e em diversas outras.

É preciso parabenizar e agradecer a todos os que contribuíram para esta edição, em especial à procuradora de Justiça Tânia Maria Nava Marchewka e aos demais integrantes do Conselho Editorial, que se dedicaram com afinco à seleção e à publicação dos artigos aqui reunidos. Igual reconhecimento é devido aos autores, que se debruçaram sobre questões relevantes e dedicaram seu tempo e experiência ao enriquecimento das temáticas aqui apresentadas.

Ao finalizar, volto a ressaltar que o grande desafio no meio acadêmico, em minha opinião, é o alinhamento entre a teoria e a prática. É a aplicação do conhecimento à realidade com a qual se trabalha diariamente e, a partir de estudos bem fundamentados, ensejar mudanças necessárias à transformação social. Tal desafio tem sido vencido pela Revista do MPDFT, a cada edição, com louvor.

Boa leitura.

Leonardo Bessa

Procurador-Geral de Justiça